



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que passam a integrar o TR.

Justificativas:

Do Agrupamento dos 2 itens em um único Grupo

- Torna a licitação mais atraente devido ao valor mais elevado (mais de R\$ 200 mil), o que aumentará a concorrência possibilitando uma disputa maior e consequentemente um preço menor e empresas mais qualificadas
- Diminuirá a possibilidade de perda de um item (que no caso seria uma usina fotovoltaica)
- O agrupamento foi possível porque os 02 (dois) itens são referentes a um mesmo serviço (montagem de usina solar fotovoltaica)

Da necessidade da contratação

- Redução da conta de energia elétrica com payback (retorno do investimento) em aproximadamente em 05 anos, se tornando após esse período fonte de lucro para as associações APAE e AMA;
- Aumento da oferta de energia elétrica para o país, tornando o sistema elétrico brasileiro mais confiável e menos suscetível a sobrecargas e apagões;
- Aumento da oferta de energia elétrica através de fontes renováveis de energia, diminuindo a emissão de CO, CO2, NOx, SOx e particulados.

Regime de execução

O regime adotado para essa contratação será o de Empreitada por Preços Unitários: contratação por preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Permissão para Participação de Consórcios:

Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto não exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo, consequentemente, impertinente a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

Permissão para Participação de Cooperativas:

Não será permitida. Não é usual cooperativas prestarem serviços de engenharia e não se tem conhecimento de nenhuma cooperativa que trabalhe com o projeto e construção/montagem de usinas solares fotovoltaicas.

Necessidade de Seguro Caução:

Será exigido da Contratada o seguro garantia (caução) no montante de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, a ser previamente integralizada à assinatura do mesmo, em espécie, Seguro



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
2ª Superintendência Regional da CODEVASF

Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual

Os serviços a serem contratados estão de acordo com o Plano Plurianual, com previsão de execução de 04 (quatro) meses, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível.

Desapropriação

Não se aplica. Área particular.

Critério de Julgamento: menor preço, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Divulgação do valor orçado

A divulgação, no presente caso, é justificada uma vez que o orçamento de referência servirá como critério para aceitabilidade das propostas, bem como servirão de base para apresentação das propostas das licitantes tendo em vista que o critério de julgamento será o menor preço.

Aprovação do Projeto Básico: Não se aplica por se tratar de um fornecimento envolvendo apenas a instalação em uma estrutura existente. A própria empresa será a responsável pela elaboração do projeto da usina solar fotovoltaica e submissão junto à concessionária (COELBA).

Qualificação Técnica

As exigências de qualificação técnica do item 8.1 visam garantir a qualidade e a segurança da execução dos serviços do objeto deste Termo de Referência, bem como atender às exigências da Lei nº 5.194/1966 (que regulamenta o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências).

Licença Ambiental: Não se aplica. A instalação e montagem será dentro de área particular, e as placas fotovoltaicas vão ficar no telhado.

Justificativa - Serviços Comuns para realização Pregão eletrônico

O objeto deste Termo de Referência pode ser caracterizado como serviços comuns pelos seguintes motivos:

- Trata-se de uma atividade cuja execução é padronizada pelo mercado, não requer nenhum conhecimento notório ou específico das empresas;
- Diversas empresas têm condições de executar o objeto deste termo de referência;
- As especificações são usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa, visto que a técnica empregada são montagens eletromecânicas que fazem parte do escopo diário das inúmeras empresas do ramo.